

II – DESAFIOS PARA 2014

- ▶ **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**
- ▶ **Programa de Investimentos em Logística**
- ▶ **Reforma Agrária**
- ▶ **Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016**
- ▶ **Programa Mais Médicos**
- ▶ **Plano Brasil Sem Miséria**
- ▶ **Segurança Pública**

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

No exercício de 2014, o PAC dará prosseguimento aos investimentos relacionados ao setor de infraestrutura e permanecerá alocando recursos destinados a sanar os problemas históricos sociais e urbanos que acometem a população brasileira.

Nesse sentido, o conjunto de empreendimentos do PAC constitui um importante instrumento para a consolidação do crescimento nacional e de resgate da cidadania, a partir da concessão de financiamentos e de investimentos oriundos dos setores público (Governo Federal, empresas estatais e contrapartidas estaduais) e privado, agrupados em seis eixos, conforme discriminado na Tabela 7, que detalha o volume de recursos federais relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social previstos para o exercício de 2014:

Tabela 7 – Recursos destinados ao PAC, estruturado por eixos, 2014.
(Contempla somente recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)
(R\$ milhões)

EIXO	Valor
Eixo Transportes	18.830
Rodovias	13.083
Ferrovias	2.213
Aeropostos	2.272
Portos	1.018
Hidrovias e Terminais Fluviais	244
Eixo Minha Casa, Minha Vida	15.770
Minha Casa, Minha Vida	14.770
Urbanização de assentamentos precários	1.000
Eixo Comunidade Cidadã	9.148
Creches, pré-escolas e educação básica	5.617
Quadras esportivas nas escolas	1.001
Unidades Básicas de Saúde - UBS e de Pronto Atendimento - UPA	1.765
Praças dos esportes e da cultura	100
Olimpíadas	500
Cidades históricas	165
Eixo Cidade Melhor	7.339
Prevenção em áreas de risco	2.806
Saneamento	1.819
Mobilidade urbana	2.714
Eixo Água e Luz para Todos	7.099
Recursos hídricos	6.275
Água em áreas urbanas	824
Eixo Energia	243
Defesa	4.629
Subtotal dos eixos	63.058
Subtotal das despesas com GAP	230
Total	63.288

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF (elaboração própria).

O crescimento dos investimentos em infraestrutura, principalmente os relativos ao eixo **Transportes**, que abrange os modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário e hidroviário, é condição necessária para o desenvolvimento do Brasil e continua sendo uma das prioridades do Governo para redução dos custos logísticos, garantia do escoamento da produção, melhoria da competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno quanto no externo, apoio à indústria do turismo e promoção da integração das diversas regiões, dinamizando a economia e facilitando a circulação da população.

Nesse contexto, as rodovias têm papel importante tanto para o transporte de bens e pessoas quanto para a integração. Os investimentos previstos para 2014 no setor visam aumentar a cobertura geográfica das rodovias pavimentadas, manter os trechos que se encontram pavimentados, bem como melhorar e ampliar as condições de rodagem e segurança dos usuários, por meio da manutenção de 62,7 mil km da malha rodoviária federal e da execução de obras de construção e adequação de trechos rodoviários, com prioridade para BR-101, nos Estados de Santa Catarina e da Região Nordeste; Rodoanel, no Estado de São Paulo; BRs 163/230, no Estado do Pará; BR-116, no Estado do Rio Grande do Sul; BRs 280 e 470, no Estado de Santa Catarina; BR-163, no Estado do Mato Grosso; e BR-381, no Estado de Minas Gerais.

Ainda no modal rodoviário, serão destinados recursos para execução de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, com vistas a assegurar o desenvolvimento do setor e atender às exigências estabelecidas em lei, e para ações voltadas à segurança nas estradas, mediante controle de pesagem e de velocidade de veículos, de forma a evitar a deterioração precoce das rodovias federais, causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso, e reduzir acidentes em rodovias federais.

No que tange ao transporte ferroviário, o Governo Federal tem focado no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção, promovendo a interação com o sistema portuário, com o objetivo de otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos. Destaca-se a construção da Ferrovia Norte-Sul, no trecho que se inicia em Açailândia, no Estado do Maranhão, e segue até o Município de Estrela d'Oeste, no Estado de São Paulo, e da Ferrovia da Integração Oeste-Leste que, partindo de Ilhéus, no Estado da Bahia, chega a Caetité, num total de 1.022 km.

Em relação ao modal aeroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, acompanhando o desenvolvimento da economia. Há expectativa de aumento ainda maior no tráfego aéreo de passageiros e cargas em face dos preparativos e da realização dos grandes eventos a serem sediados pelo País nos próximos anos, que impõe a necessidade de assegurar confiabilidade e segurança, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2014, cerca de R\$ 2,3 bilhões, para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação dos aeroportos, a segurança e o conforto de passageiros. Em dezembro de 2012, foi lançado, pelo Governo Federal, o Programa de Investimentos em Logística:Aeroportos, que prevê investimentos de R\$ 7,3 bilhões com a construção, reforma e ampliação de aeroportos públicos regionais, por meio de parcerias com os governos, estaduais ou municipais, responsáveis pelos terminais.

A atividade portuária, além de crucial para o equilíbrio da balança comercial, é uma das principais indutoras de desenvolvimento do País. O Governo Federal deverá investir, em 2014, cerca de R\$ 1,1 bilhão no setor portuário. Os empreendimentos priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade, por meio do Plano Nacional de Dragagem (PND II), que integra o Programa de Investimento em Logística (PIL); a recuperação de molhes de canal de acesso; e a ampliação da eficiência logística. Com essas ações, busca-se imprimir maior dinamismo à economia, aumentar a competitividade, reduzir o “custo Brasil” e alcançar ganhos de produtividade operacional.

No setor hidroviário, estão em andamento projetos que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior.

O eixo **Minha Casa, Minha Vida** tem como objetivo reduzir o déficit habitacional no Brasil por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda, de forma a assegurar o acesso à moradia digna a milhares de brasileiros. A primeira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançada em 2009 e, em 2011, a segunda, tendo por meta a contratação, até 2014, de um total de 3,75 milhões de unidades habitacionais.

Adicionalmente, serão destinados recursos federais ao apoio de planos municipais relacionados à urbanização de assentamentos precários que envolvem intervenções integradas de habitação, regularização fundiária, infraestrutura e inclusão socioambiental, tais como urbanização de favelas, recuperação ambiental de mananciais, ordenação urbanística, implantação de sistemas de saneamento básico, construção de equipamentos comunitários, reassentamento de famílias residentes em áreas com riscos de desastres, desenvolvimento de trabalho social comunitário e implantação e parcelamento de glebas. Entre as obras do setor destacam-se a produção de unidades habitacionais e a urbanização integrada de bacias de rios, que incluem dragagem de rios, construção de barragens de contenção de cheias e remoção de moradias localizadas em áreas com risco de alagamento.

Visando assegurar melhor qualidade de vida à população, o Governo Federal continuará investindo no eixo **Comunidade Cidadã**, que engloba as áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer. Os investimentos no PAC na área de educação visam melhorar a qualidade da educação. Para tanto, conta com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), que surgiu para adquirir equipamentos e garantir a construção e a reforma de creches e pré-escolas públicas no País. Em 2014, a fim de atingir a meta de apoio a 1.500 novas unidades, além do atendimento de municípios que já tiveram obras aprovadas nos anos anteriores, prevê-se o investimento da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

O Programa de Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares, por sua vez, tem o objetivo de melhorar a estrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 12.116 escolas até 2015, sendo 7.116 com a construção de

novas quadras cobertas e 5.000 com a cobertura de quadras já existentes. O investimento total será de R\$ 1,0 bilhão.

O Programa Caminho da Escola objetiva adquirir veículos padronizados para o transporte escolar, inclusive acessórios de segurança e apoio às atividades inerentes à certificação desses veículos, com o intuito de garantir qualidade e segurança no deslocamento dos estudantes matriculados na educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, prioritariamente da zona rural. Além disso, por meio do Programa são adquiridos ônibus acessíveis para transporte urbano de estudantes com deficiência. A meta é assegurar o acesso e a permanência nas escolas; reduzir a evasão escolar; renovar a frota de veículos escolares das redes públicas de educação básica e reduzir o preço de aquisição. Em 2014 objetiva-se a aquisição de cerca de 2 mil ônibus, 120 mil bicicletas e 500 lanchas escolares, totalizando um investimento de R\$ 479 milhões.

Serão desenvolvidas, ainda, ações que visam ao apoio técnico, material e financeiro para construção, ampliação, reforma, adequação e adaptação de espaços escolares, aquisição de mobiliário e equipamentos para a educação básica, inclusive o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), garantindo acessibilidade e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica e educação integral. A proposta é investir R\$ 1,6 bilhão no apoio à infraestrutura da educação básica.

No âmbito do setor de saúde, o PAC 2 prevê, para 2014, iniciar a construção de mais quatro mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a ampliação de mais de 1,8 mil unidades selecionadas em 2013, com investimentos estimados em R\$ 1,7 bilhão. Quando devidamente estruturadas e em pleno funcionamento, as UBS possibilitam o atendimento das demandas primárias da comunidade em atendimento de saúde e a melhor organização e funcionamento dos serviços de média e alta complexidade. Há previsão, ainda, em 2014, de dar continuidade à ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h, selecionadas em 2013, com investimentos estimados em R\$ 86,2 milhões. As UPA são estruturas de complexidade intermediária entre as UBS e as portas de urgências hospitalares, onde, em conjunto com essas, compõem a Rede de Atenção às Urgências e Emergências. As UPA oferecem estrutura simplificada, contando com equipamentos de raio x, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas. Ao resolver problemas que seriam encaminhados diretamente aos hospitais, as UPA possibilitam a redução nas filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

No que se refere ao setor de esporte e lazer, em 2014, serão ampliados os investimentos em infraestrutura, com a contratação de mais 34 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE), que compõem o eixo Comunidade Cidadã do PAC 2. Trata-se de equipamentos públicos multiusos voltados à prática do esporte e lazer e à formação cidadã que serão implantados em áreas urbanas em situação de vulnerabilidade social.

Em 2014 espera-se, ainda, dar continuidade à implantação dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) contratados, os quais também constituem o eixo Comunidade Cidadã. Os referidos Centros possuem como alvo os territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras e objetivam integrar, em um mesmo espaço físico, diversas iniciativas sociais.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, serão gastos R\$ 500,0 milhões com a implantação de infraestruturas esportivas, tais como a construção do Centro Olímpico de Treinamento (COT) da Barra, do Centro Paraolímpico Brasileiro e do Centro Olímpico de Treinamento do Nordeste Brasileiro, entre outros. Ainda no que concerne ao eixo Comunidade Cidadã do PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que contará com o valor de R\$ 165,0 milhões para 2014. Seu objetivo é planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo pactuado, prioritariamente, por meio de acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

O eixo **Cidade Melhor** está estruturado em investimentos fundamentais à oferta de serviços e infraestrutura social à população das cidades brasileiras, com vistas à universalização dos serviços de saneamento, à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade nos principais centros urbanos do País, à prevenção de tragédias provocadas por desastres naturais em áreas de risco, cujas obras são realizadas em parceria com Estados e Municípios.

As intervenções de saneamento visam melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, mediante oferta de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, para 2014, mais famílias serão beneficiadas com recursos da União para o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água, gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos) e ações de saneamento integrado.

Em relação à mobilidade urbana no Brasil, o Governo Federal apoiará a implementação de projetos estruturantes para melhoria da qualidade do transporte público e redução do tempo de deslocamento das pessoas nos centros urbanos mais populosos. Os investimentos destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta capacidade, caso dos empreendimentos de transporte sobre trilhos, como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho, trem urbano e aeromóvel, e dos empreendimentos que priorizam o transporte coletivo sobre pneus, como *Bus Rapid Transit* (BRT), *Bus Rapid Service* (BRS) e corredor exclusivo de ônibus. Outras intervenções, como terminais de integração e corredores fluviais, que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos, também estão previstas. Para 2014, as obras da Linha Sul do metrô de Recife, no Estado de Pernambuco, e da Linha Sul do sistema metroviário de Fortaleza, no Estado do Ceará, entram em sua fase final de execução.

Com o objetivo de proteger a população de deslizamentos e inundações, serão realizadas ações de prevenção em áreas de risco, tais como construção de reservatórios de amortecimento e execução de obras de dragagem, retificação e canalização de rios, implantação e/ou ampliação dos sistemas de manejo de águas pluviais, obras de contenção de encostas e ações de incentivo ao reuso das águas pluviais. Em 2014, destacam-se as intervenções na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, cuja meta é beneficiar 500 mil famílias por meio de obra de macrodrenagem, recuperação ambiental e reassentamento de famílias, e no Igarapé do Mindu, no Estado do Amazonas, que visam atender 48 mil famílias por meio do reassentamento da população ribeirinha, da execução de obras de macrodrenagem, da urbanização e recuperação ambiental, além da construção de parques lineares, corredor ecológico, pontes e reservatórios de acumulação de cheias.

O eixo **Água e Luz para Todos** desenvolve as atividades econômicas e expande o abastecimento de água para consumo humano em áreas urbanas e rurais, realizando obras que contribuem para o aumento da produção, cobertura e regularidade da oferta de água e reduzem as perdas no seu armazenamento e transporte. Para tanto, serão executadas obras necessárias à implementação de perímetros de irrigação, à construção de cisternas e de sistemas simplificados de abastecimento de água, inclusive integrantes do Plano Brasil Sem Miséria, à construção e manutenção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água e à integração e revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Para incremento da oferta de água, será dado prosseguimento à construção do Canal Vertente Litorânea, no Estado da Paraíba, da Adutora do Agreste, no Estado de Pernambuco, do Canal Adutor do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas, e de barragens, tais como as de Lontras e de Fronteiras, no Estado do Ceará, de Congonhas e de Jequitaiá, no Estado de Minas Gerais, e de Arroio Taquarembó, no Estado do Rio Grande do Sul. Também será dada continuidade às obras de diversos perímetros de irrigação, o que permite o desenvolvimento de culturas fora de época, melhorando e diversificando a produção. Entre as obras, destacam-se os casos de Pontal, no Estado de Pernambuco, de Flores de Goiás, no Estado de Goiás, e de Salitre, no Estado da Bahia.

Adicionalmente, o Governo Federal desenvolverá iniciativas com vistas a aumentar a oferta de água em áreas urbanas, mediante a ampliação dos sistemas de abastecimento e o combate ao desperdício de água. Para tanto, estão previstas ações de apoio às intervenções na infraestrutura de abastecimento, desde a captação até as ligações domiciliares, e de promoção de tecnologias apropriadas e substituição de equipamentos obsoletos. Entre as intervenções nesse setor destaca-se a ampliação do sistema de produção e tratamento de água em João Pessoa, no Estado da Paraíba, com a construção de canal de aproximação e captação, duas estações elevatórias, três adutoras, um reservatório semienterrado e a ampliação da automação da estação de tratamento de água, de forma a universalizar o abastecimento e beneficiar 66 mil famílias.

No eixo **Energia**, essencial para a garantia do crescimento econômico sustentável e do desenvolvimento social do País, serão realizados mapeamentos geológicos, geofísicos e da geodiversidade do território brasileiro e de águas internacionais, voltados à mineração e à prospecção de petróleo e gás natural, com vistas a atrair capitais privados para as diversas regiões brasileiras e gerar divisas para o País. As informações obtidas são disponibilizadas à sociedade para orientar a tomada de decisão das empresas interessadas na exploração, produção e transformação dos recursos minerais, do petróleo e do gás natural. Para 2014, estão previstos investimentos suficientes para viabilizar os conhecimentos geológico, geofísico e da geodiversidade de uma área aproximada de 256 mil km², por meio de mapeamento geológico, e de 7 mil km lineares, por meio de utilização de pesquisa sísmica 2D.

Cabe ressaltar que em 2014, além dos eixos acima explicitados, o Governo Federal alocará recursos do PAC 2 para o desenvolvimento de diversas ações na área de Defesa. Nesse contexto, a aquisição de 50 helicópteros franceses de médio porte (HX-BR), os quais estão sendo construídos na cidade mineira de Itajubá, com transferência de tecnologia, tem permitido a geração de empregos e capacitação da indústria nacional na construção de aeronaves de asas rotativas de emprego militar, com possibilidade também de uso civil.

O desenvolvimento da aeronave KC-X, de emprego militar, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) em parceria com o Ministério da Defesa (MD), por meio do Comando da Aeronáutica, permitirá suprir a necessidade de aeronaves de transporte militar, além de possibilitar a inserção dessa empresa brasileira no mercado internacional, com potencial de venda, nos próximos dez anos, de cerca de 250 unidades. Seu desenvolvimento ocorre em fábrica no Estado de São Paulo, permitindo, além da geração de empregos, o domínio de tecnologia que poderá ser utilizada, também, em aeronaves civis.

A tecnologia nuclear não é compartilhada internacionalmente, cabendo a cada país desenvolvê-la com vistas a alcançar um patamar de acesso a uma fonte energética estratégica. O Programa Nuclear da Marinha (PNM) tem sido pioneiro no desenvolvimento da tecnologia do ciclo do combustível nuclear, que agora está sendo utilizada na construção do reator do primeiro submarino nuclear brasileiro. Esse Programa tem possibilitado agregar conhecimento que permitirá, também, a construção de geradores que poderão atuar no fornecimento energético às diversas demandas do País, além de criar a independência em relação a um conhecimento sensível, o qual tem acarretado número significativo de empregos de alto conhecimento tecnológico, preservando a capacidade tecnológica no País.

O Comando da Marinha desenvolve, também, junto com o Programa Nuclear, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), em parceria com a França, que proporcionará o projeto e a construção do submarino nuclear e a construção de mais quatro submarinos convencionais. O projeto encontra-se a pleno vapor, com a construção do estaleiro e da base naval para submarinos, no Estado do Rio de Janeiro. O PROSUB permitirá, além da geração de empregos no País, o conhecimento da tecnologia envolvendo o projeto e a construção do submarino nuclear por técnicos brasileiros, tornando-os aptos à continuidade de novos projetos envolvendo a tecnologia nuclear.

O projeto ASTROS 2020 trata do desenvolvimento de mísseis de médio alcance, até 300 km, com tecnologia nacional, permitindo melhorar a capacidade de defesa de pontos estratégicos no território nacional. Adicionalmente, a fabricação da família de blindados Guarani, também realizado por meio de tecnologia nacional, possibilitará ao Comando do Exército melhorar sua mobilidade em ações de defesa territorial e de garantia da lei e da ordem. O Sistema Integrado de Fronteiras (SISFRON) é essencial para o combate de ilícitos transnacionais, aumentando a segurança nacional e inibindo crimes presentes em áreas da fronteira terrestre do País.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

O Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado pelo Governo Federal em agosto de 2012, junta-se ao PAC na tarefa de atacar os gargalos de infraestrutura existentes no País. O investimento em infraestrutura favorecerá a sustentação do crescimento e do desenvolvimento do país.

O programa prevê investimentos de R\$ 213,0 bilhões a serem realizados por meio de parcerias estratégicas com o setor privado, tendo sido construído com base em três diretrizes: a disponibilização de uma ampla e moderna rede de infraestrutura; cadeias logísticas eficientes e competitivas; e a modicidade tarifária. Destaca-se, na concepção do programa, a integração entre as malhas rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias, além de portos e aeroportos, assim como a articulação desses modais com as cadeias produtivas.

No modal rodoviário, o PIL prevê a concessão para a iniciativa privada de 7,5 mil km de rodovias, dos quais 5 mil km serão duplicados. O investimento previsto será da ordem de R\$ 52,0 bilhões.

Um ponto de destaque dessas concessões é que primeiro o usuário recebe os benefícios com 10% das obras de duplicação concluídas e depois a tarifa de pedágio passa a ser cobrada.

O modelo de concessão prevê a duplicação de todo o trecho concedido, que deverá ser executada nos primeiros cinco anos de contrato. O concessionário será selecionado pelo menor valor de tarifa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) proporcionará condições de financiamento bastante favoráveis, compatíveis com a dimensão dos diferentes projetos e financiará até 70% dos investimentos.

As rodovias beneficiadas são: BR-101, no trecho entre Feira de Santana no Estado da Bahia até a divisa com o Estado do Espírito Santo; BR-262, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais; BR-153, no trecho entre Palmas no Estado de Tocantins e estendendo-se pelos Estados de Goiás e Minas Gerais; BR-050, nos Estados de Minas Gerais e Goiás; BR-060, no trecho entre Anápolis no Estado de Goiás até Brasília; BR-163, no trecho entre Sinop no Estado de Mato Grosso até a Divisa dos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo; BR-116, no Estado de Minas Gerais; e BR-040, nos Estados de Minas Gerais, Goiás, e no Distrito Federal.

Os investimentos em rodovias impulsionarão o crescimento econômico do país, favorecendo a produtividade dos serviços de transporte rodoviário. Cabe à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) acompanhar a elaboração dos estudos que orientarão os processos de concessão. Além disso, a empresa é responsável pela contratação dos estudos necessários à obtenção das licenças ambientais, acompanhando a obtenção da licença prévia e a licença de instalação.

No modal ferroviário, o PIL garantirá investimentos da ordem de R\$ 99,6 bilhões na construção e modernização de 11 mil km de linhas férreas. As obras de construção dessas ferrovias deverão ser concluídas durante os primeiros cinco anos de contrato.

O novo modelo de concessão proporcionará a expansão da malha ferroviária em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada, promovendo a interiorização da ferrovia e o acesso a partir de regiões do país que atualmente não são atendidas por esse modal. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução do frete.

Nesse modelo, o concessionário será responsável pela construção, manutenção, sinalização e controle da circulação de trens, enquanto a empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. comprará a capacidade integral de transporte da ferrovia e fará ofertas públicas, assegurando o direito de passagem dos trens em todas as malhas, buscando a modicidade tarifária.

A venda da capacidade de ferrovias será destinada aos usuários que quiserem transportar carga própria, aos operadores ferroviários independentes e aos concessionários de transporte ferroviário.

As ferrovias a serem concedidas são: Ferroanel de São Paulo - Tramos norte e sul, Acesso ao Porto de Santos (SP), Lucas do Rio Verde (MT) - Campinorte (GO) – Palmas (TO) - Anápolis (GO), Ouro Verde (GO) - Estrela d'Oeste (SP) – Panorama (SP) - Dourados (MS), Açailândia (MA) - Barcarena(PA), Uruaçu (GO) - Corinto (MG) - Campos (MG), Salvador (BA) - Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) - Vitória (ES), Belo Horizonte (MG) - Salvador (BA), Maracaju (MS) - Lapa (PR) - Paranaguá (PR), São Paulo (SP) - Rio Grande (RS), Feira de Santana (BA) - Parnamirim (PE).

As ações do PIL no modal aéreo foram lançadas em dezembro de 2012, tendo por objetivos: reconstruir a rede de aviação regional; ampliar a oferta de transporte aéreo no País; e melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para os usuários.

Entre as medidas adotadas para assegurar que os objetivos sejam atingidos destacam-se:

- celebração de novas parcerias com o setor privado através das concessões dos aeroportos de Galeão e Confins e da criação da Infraero Serviços em parceria com operador internacional;
- fortalecimento e ampliação da aviação regional por meio de investimentos na construção de novos aeroportos; concessão de subsídio para rotas entre cidades pequenas e médias do interior e destas cidades para as capitais; estabelecimento de parcerias com estados e municípios; e uso de concessão administrativa;
- aprimoramento regulatório com a previsão de distribuição anual dos slots de acordo com critérios de eficiência, dentre outras medidas; e
- fomento à aviação geral a exemplo da regulamentação da autorização para exploração comercial de aeroportos privados dedicados exclusivamente à aviação geral.

Com relação à concessão dos aeroportos de Galeão e Confins, a licitação está prevista para o segundo semestre de 2013 e estimam-se investimentos da ordem de R\$ 8,7 bilhões, sendo R\$ 5,2 bilhões no Galeão e R\$ 3,5 bilhões em Confins.

As ações do PIL no modal portuário também foram lançadas em dezembro de 2012 com o objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura e modernizar a gestão portuária; promovendo-se o aumento da movimentação de cargas com redução de custos. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 54,0 bilhões.

As medidas adotadas para a consecução dos objetivos seguem três linhas de ação, a saber: retomada da capacidade de planejamento no setor portuário; aprimoramento do marco regulatório; e realização de novos investimentos.

Na retomada do planejamento do setor portuário destaca-se a atuação da Secretaria de Portos, com o objetivo de realizar o planejamento logístico integrado dos outros meios de transporte com o portuário, o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II (PND II) e a criação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos) com a finalidade de integrar as atividades desempenhadas pelos órgãos e entidades públicos com atuação nos portos e instalações portuárias.

No aprimoramento do marco regulatório destacam-se: fim da diferenciação entre carga própria e de terceiros; licitações para arrendamentos de terminais em portos organizados e concessões de portos públicos; e arrendamentos com base no critério de maior movimentação de carga com a menor tarifa.

Na realização de novos investimentos enfatiza-se a coordenação com as ações do PAC, responsáveis por investimentos de R\$ 6,4 bilhões em acessos, sendo R\$ 3,8 bilhões em acessos aquaviários e R\$ 2,6 bilhões em acessos terrestres.

Nos acessos aquaviários o destaque é o PND II, com licitações previstas para o segundo semestre de 2013, para dragagem nos portos de Santos, Vitória, Rio Grande, Paranaguá, Recife, Salvador e outros.

Nos acessos terrestres são 45 intervenções em 18 portos, com R\$ 2,2 bilhões de investimentos em acessos rodoviários e R\$ 436,0 milhões em acessos ferroviários, todos no âmbito do PAC.

REFORMA AGRÁRIA

A Reforma Agrária atualmente desenvolvida no País pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) busca a implantação de novo modelo de assentamento, com base na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Nos últimos anos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) incorporou, entre suas prioridades, a fixação de modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial e de apoio financeiro à instalação e de fomento produtivo às famílias assentadas. O objetivo é adotar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos, além de promover o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no Brasil.

Desde 1994, foram assentadas mais de 1 milhão de famílias. Nos últimos seis anos, foram cerca de 255 mil famílias e a meta para 2014 é assentar 27 mil famílias.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) visam melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção e de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Além disso, abrange um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de bens e de serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Para o próximo ano, a meta é atender 353 mil famílias pelo programa com a aplicação de R\$ 356,0 milhões.

A Reforma Agrária pressupõe não apenas a distribuição da terra, mas a oferta de condições necessárias ao desenvolvimento das famílias assentadas, entre elas, a educação. Desde que foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) já beneficiou aproximadamente 450 mil jovens e adultos que vivem no meio rural, sendo cerca de 347 mil no período de 2003 a 2010, quando foram investidos aproximadamente R\$ 201,7 milhões. O programa oferece cursos de educação básica, como alfabetização e ensinos fundamental e médio, técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização. Entre os beneficiados, além dos assentados, estão: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, acampados, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos. As ações de educação no campo visam beneficiar 12 mil alunos em 2014, com o direcionamento de R\$ 30,0 milhões para esse fim.

O MDA tem por objetivo criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, de modo a propiciar-lhe o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Nesse âmbito, serão investidos aproximadamente R\$ 201,3 milhões em ações voltadas para a infraestrutura básica, beneficiando 20 mil famílias.

O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Permite também o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para

o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica. São beneficiários do Programa os pequenos posseiros e os proprietários dos imóveis rurais objetos da ação de cadastro e regularização fundiária. As áreas prioritárias são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de “grilagens” e concentração de pequenas propriedades, bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local. Na regularização fundiária serão investidos R\$ 33,7 milhões com a meta de regularizar 20 mil imóveis.

COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS 2016

Com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 haverá um leque significativo de oportunidades para diversos setores da economia. A cadeia produtiva do esporte servirá como alavanca de geração de empregos, negócios e renda. Na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, documento que define as responsabilidades de cada ente público no que tange às ações referentes à Copa, estão elencados recursos financeiros em projetos de mobilidade urbana, aeroportos, portos, estádios, telecomunicações, turismo e segurança. Com o aumento de investimentos em obras e serviços, a demanda por novos empregos deverá crescer consideravelmente e gerar oportunidades de trabalho para a população brasileira, o que deverá estimular a procura por capacitação profissional.

Para a Copa 2014 serão desenvolvidas ações de comunicação e promoção do País com a finalidade de expor as potencialidades turísticas do Brasil e desenvolver o interesse dos brasileiros pelo evento.

O Brasil Voluntário, Programa Nacional de Voluntariado Público, coordenado pelo Ministério do Esporte, prevê para todo o período da Copa do Mundo FIFA 2014, nas doze cidades-sede, a presença de voluntários em aeroportos, pontos de fluxo e no entorno das arenas. Eles atuarão oferecendo informações turísticas e sobre a competição para os visitantes e demais torcedores, além de apoiarem as equipes de mobilidade locais na orientação aos espectadores na chegada e saída dos estádios. Nas cidades-sede da Copa das Confederações FIFA 2013 já foram capacitados e testados aproximadamente seis mil, de um total previsto de 30 mil voluntários.

Além disso, a elaboração e a implementação de planos operacionais para o período da Copa do Mundo incorporarão a experiência adquirida nas cidades-sede da Copa das Confederações. Os planos operacionais envolvem as seguintes áreas: telecomunicações, energia, coleta e controle de ingressos, segurança, transporte e mobilidade, aeroportos, acomodação e receptivo turístico, saúde, meio ambiente, cultura, comunicação e voluntariado.

Para a Copa do Mundo FIFA 2014, as despesas a serem realizadas preveem a continuidade das atividades já programadas para a realização do evento, coordenadas pelo Comitê Gestor da Copa e pelo Grupo Executivo da Copa, além do monitoramento da Matriz de Responsabilidades, e posterior avaliação de seus itens.

Em 2014, para essas ações de apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 serão alocados R\$ 70,0 milhões.

Em relação aos Jogos Olímpicos e aos Jogos Paraolímpicos Rio 2016, o Ministério do Esporte tem como um de seus objetivos prover condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à realização dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro, mas principalmente garantir que as duas competições deixem ao Brasil amplo e duradouro legado esportivo. Entre as principais atribuições do Ministério está a preparação dos atletas brasileiros.

As ações de preparação englobam financiamento de competições e treinamento no Brasil e no exterior; contratação de comissões técnicas e equipes multidisciplinares; aquisição de equipamentos e materiais esportivos; bolsas para atletas; procedimentos médico-científicos; controle de dopagem; e construção e reforma de centros de treinamento. No que tange ao apoio direto aos atletas, destaca-se o Programa Bolsa-Atleta, que, desde seu início, em 2005, já concedeu mais de 24 mil bolsas a atletas que representam o Brasil em competições locais, nacionais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas.

Em 2014, o Ministério dará continuidade à formação da Rede Nacional de Treinamento, que interliga instalações esportivas em âmbitos local, regional e nacional para garantir encadearamento do processo de detecção, lapidação e desenvolvimento de talentos para o esporte de alto rendimento. Como parte do legado olímpico, e atrelados à Rede Nacional, estão sendo construídos e renovados dezenas de centros de treinamento em diversos estados, entre os quais se destacam pistas de atletismo certificadas, em parceria com universidades federais, governos estaduais e prefeituras.

O Ministério também dará continuidade ao Plano Brasil Medalhas e ao Programa Atleta Pódio, ambos destinados a oferecer às seleções nacionais as melhores condições de treinamento e apoio às competições para lutar por medalhas nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paraolímpicos de 2016. O Governo Federal se comprometeu a garantir aos atletas brasileiros toda a estrutura para que o País alcance a meta de classificar-se entre os dez primeiros nos esportes olímpicos e entre os cinco primeiros paraolímpicos nos Jogos do Rio de Janeiro em 2016. Esse esforço, que aporta recurso adicional ao orçamento do esporte de alto rendimento, conta com engajamento das entidades de esportes olímpicos e paraolímpicos e das empresas estatais patrocinadoras de diversas modalidades esportivas.

Para 2014, está previsto o valor de aproximadamente R\$ 961,5 milhões para atender estas responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, sendo que, deste montante, R\$ 500,0 milhões correspondem a despesas com a implantação de infraestrutura para os Jogos, programação que compõe o PAC.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS

O Governo Federal, por intermédio da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, instituiu o **Programa Mais Médicos**, que visa ampliar a capacidade de atendimento da atenção básica nas periferias de grandes cidades e nos Municípios do interior brasileiro. Regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.369, de 8 de julho de 2013, editada pelos Ministérios da Saúde e da Educação, o programa ofertará bolsa federal de R\$ 10,0 mil a médicos que atuarão na atenção básica da rede pública de saúde.

Será aceita a participação de médicos formados no Brasil e graduados em outros países, que só serão chamados a ocupar os postos não preenchidos pelos brasileiros, sendo prioridade nesse grupo os brasileiros que fizeram faculdade no exterior. Só poderão participar estrangeiros egressos de faculdades de Medicina com tempo de formação equivalente ao brasileiro, com conhecimentos em Língua Portuguesa, com autorização para livre exercício da Medicina em seu país de origem e vindos de países onde a proporção de médicos para cada grupo de mil habitantes é superior à brasileira, hoje de 1,8 médico/mil habitantes. Todos os profissionais vindos de outros países cursarão especialização em Atenção Básica e serão acompanhados por uma instituição de ensino.

O programa Mais Médicos é um estímulo para a ida de profissionais para os Municípios do interior e as periferias das grandes cidades, onde é maior a carência por este serviço. Todas as prefeituras podem se inscrever no programa, apesar de o foco do programa ser as 1.582 áreas prioritárias em Municípios de grande vulnerabilidade, sendo 1.290 Municípios de alta vulnerabilidade social, 201 cidades de regiões metropolitanas, 66 cidades com mais de 80 mil habitantes de baixa receita pública *per capita* e 25 distritos de saúde indígena. Para o orçamento de 2014, estão previstos para o programa recursos totais da ordem de R\$ 2.867,9 milhões.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Visando atender 16 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no País, foi criado, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia as ações na área social e tem como eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva de pessoas extremamente pobres.

O **Programa Bolsa Família**, um dos principais eixos do Plano, tornou-se um marco como programa de transferência direta de renda, beneficiando famílias em situação de pobreza (renda *per capita* de até R\$ 140,00 mensal) e de extrema pobreza (renda *per capita* de até R\$ 70,00 mensal). Esse é o maior programa de transferência de renda direta condicionada da América Latina. O benefício financeiro, cujo valor médio no mês de agosto de 2013 é de R\$ 152,75, é associado a contrapartidas que funcionam como mecanismos para melhorar a condição de saúde e de educação das crianças e dos jovens. Adicionalmente, o Programa provê acesso a direitos sociais básicos e à assistência social.

Em 2014, o Programa deverá atender cerca de 13,8 milhões de famílias, com recursos da ordem de R\$ 23,9 bilhões, incluídos os recursos destinados ao pagamento do benefício para a superação da pobreza extrema na infância.

As ações sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) direcionadas para a área rural preveem investimentos de R\$ 375,5 milhões beneficiando 153 mil famílias. Também serão investidos R\$ 643 milhões para a construção de 160 mil cisternas e/ou estruturas de acesso à água. Adicionalmente, serão investidos, com vistas à superação da pobreza, recursos da ordem de R\$ 245,0 milhões para: orientação profissional, encaminhamento de mão de obra para empregos, fomento a atividades empreendedoras, micro e pequenas empresas, estímulo à formalização do microempreendedor individual e oferta de cursos técnicos gratuitos com bolsas de auxílio, inclusive para catadores de materiais recicláveis.

Vale salientar que, a partir de 2014, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) será financiado pelas ações do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e não mais por uma ação específica, a partir de pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovação no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que estrutura as ações de combate ao trabalho infantil em cinco eixos: informação e mobilização; identificação de crianças e adolescentes; apoio e acompanhamento das ações; monitoramento; e proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias.

A grande inovação, contudo, está na estruturação de ações estratégicas visando ampliar as condições de realização de diagnósticos territorializados, identificação/busca ativa das situações e monitoramento da efetividade desses esforços, nos Municípios e Estados com elevada concentração dessas situações, a fim de fortalecer a intersetorialidade no enfrentamento ao trabalho infantil, incluindo a articulação e participação de diversos parceiros como Superintendências Regionais do Trabalho, Ministérios Públicos, Conselhos Tutelares, Poder Judiciário e órgãos das políticas de saúde, educação, trabalho e renda e direitos humanos,

dentre outros. Em 2014 tais ações estratégicas deverão ser implementadas em 800 Municípios, Estados e Distrito Federal, a partir de adesão ao cofinanciamento federal.

No âmbito do Ministério da Educação (MEC), o **Programa Mais Educação**, estratégia indutora da política de educação integral, atenderá, em caráter prioritário, as escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social e que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para 2014, o orçamento previsto é de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão, atendendo 60 mil escolas.

No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), serão desenvolvidas ações voltadas à capacitação dos catadores de material reciclável, propiciando condições para o cooperativismo de grupos que atuem na reciclagem, bem como ao apoio às redes de comercialização e cadeias produtivas desse segmento.

Na Saúde, o Plano Brasil Sem Miséria está estruturado em cinco áreas: a) Programa Saúde da Família; b) Programa Rede Cegonha; c) Programa Saúde Não Tem Preço; d) Programa Olhar Brasil; e e) Programa Brasil Sorridente.

Com o Programa Saúde da Família (PSF), haverá o aumento das equipes nas regiões de maior concentração da população em extrema pobreza. No Programa Rede Cegonha, o objetivo é reduzir a mortalidade materna e neonatal com a implementação de uma rede de atenção que garanta atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e pelo parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.

O Programa Saúde Não Tem Preço, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão, diabetes e asma nas farmácias credenciadas da rede “Aqui Tem Farmácia Popular”. Para o orçamento de 2014, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1.729,7 milhões. O Programa é desenvolvido pelo Governo Federal, por intermédio de um acordo entre o Ministério da Saúde e sete entidades da indústria e do comércio e em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente. É importante ressaltar que 33 milhões de brasileiros são hipertensos e 7,5 milhões diabéticos, o que acarreta em impactos negativos para o orçamento das famílias, principalmente das mais humildes. Esse Programa beneficia cerca de 4,5 milhões de brasileiros por mês. Com exceção dos medicamentos para hipertensão, diabetes e asma (gratuitos), o Governo Federal financia ainda 90% do valor de referência dos demais medicamentos que compõem o Farmácia Popular, cujo orçamento para 2014 será de R\$ 939,9 milhões.

Já o Programa Olhar Brasil é uma ação conjunta dos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) para identificar problemas visuais em alunos da rede pública, em cidadãos inscritos no programa Brasil Alfabetizado e na população acima de 60 anos. Entre suas ações está a distribuição de óculos para sanar os problemas visuais.

Ainda na área da Saúde, o Governo continuará a aperfeiçoar a prestação de saúde bucal à população sem acesso a atendimento odontológico por meio do Programa Brasil Sorridente. Esse programa está assentado em seis pilares: a) reorganização da atenção básica em saúde bucal; b) ampliação e qualificação da atenção especializada; c) assistência na atenção terciária; d) prevenção e promoção; e) qualificação e reestruturação; e f) vigilância e monitoramento.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o **Programa Bolsa Verde** atenderá pelo menos 123 mil famílias em áreas definidas como prioritárias para a conservação ambiental, tais como unidades de conservação e projetos de assentamento, com recursos da ordem de R\$ 106,2 milhões, por meio da transferência trimestral de R\$ 300,00 a cada família que desenvolva atividade de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável da floresta. Ademais, serão investidos R\$ 93,3 milhões na instalação de 740 sistemas de dessalinização de águas subterrâneas captadas por meio de poços, de forma ambiental e socialmente sustentável, com vistas ao atendimento das populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI), estão previstos recursos da ordem de R\$ 169,6 milhões destinados ao apoio a iniciativas de aprimoramento da produção e inserção mercadológica, com o objetivo de elevar a renda familiar, ampliar o acesso à água e propiciar o acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), será aplicado um total de R\$ 90,8 milhões para benefícios a 18 mil agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos; para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a 580 mil agricultores familiares e a 353 mil famílias residentes em assentamentos; e para apoio a 2 mil empreendimentos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar.

SEGURANÇA PÚBLICA

A política nacional de segurança pública está voltada não apenas à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com Estados, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal tem desenvolvido ações que atacam as causas da violência e da criminalidade, em todos os níveis, no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição das taxas de crime e de violência. Com esse intuito, o Ministério da Justiça (MJ) coordena e promove esforços no campo da prevenção, do controle e da repressão da criminalidade, além de incrementar a qualificação dos profissionais de segurança pública e de justiça criminal.

As políticas de prevenção à violência e à criminalidade consistem em ações que articulam segurança pública e políticas sociais, de natureza estrutural e outras de caráter local. Envolve áreas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, ao fortalecimento de instituições de segurança pública, à construção e à modernização de estabelecimentos penais, à valorização dos profissionais e operadores de segurança pública e à realização de campanha nacional de cadastramento e desarmamento, entre outras. Para o desenvolvimento dessas atividades serão disponibilizados, em 2014, o montante de R\$ 958,0 milhões, visando capacitar 343.217 profissionais e apoiar 120.460 projetos voltados ao fortalecimento de instituições de segurança pública.

As Polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) são instituições por meio das quais a União atua diretamente no combate à criminalidade, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, aos crimes contra o meio ambiente e os transnacionais.

A PF mantém seus esforços no fortalecimento do órgão e na intensificação das ações de cooperação com outras instituições dos Poderes Executivo e Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público da União (MPU). O objetivo é aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira. Será disponibilizado, no exercício de 2014, o montante de R\$ 812,0 milhões, viabilizando o aprimoramento da PF, a realização de 724 operações e a emissão de 2.302.000 passaportes.

A PRF atua de forma ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais e de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nas regiões fronteiriças, ligadas por rodovias federais, intensificará a fiscalização para o combate ao tráfico de drogas e armas, ao contrabando e ao descaminho. Para isso, será destinado, em 2014, o montante de R\$ 367,0 milhões.

Com atenção à atuação dos órgãos de segurança pública na região de fronteira, foi lançado em 2011 o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), iniciativa que prevê uma série de operações integradas entre os órgãos de segurança pública federais, como a Polícia Federal, Polícia

Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e as Forças Armadas, para prevenir e reprimir ilícitos transnacionais, em cooperação com os países que fazem fronteira com o Brasil.

O PEF abrangerá uma área de 2,357 milhões de km², o que equivale a 27% do território nacional, em ações que cobrirão os principais pontos da linha de fronteira, cuja extensão é de 16.886 km. A faixa de fronteira projeta-se por 150 km para dentro do território nacional, a partir da linha divisória com os dez países vizinhos, e compreende 11 Estados e 710 Municípios, abrangendo uma população de mais de 10,9 milhões de pessoas. Para a realização do Plano, será disponibilizado em 2014 o total de R\$ 307,0 milhões, visando o apoio de 14 operações nas regiões de fronteira.

O elevado déficit prisional no País impõe-se como outro grande desafio para o Governo Federal na área de segurança pública no que diz respeito ao apoio financeiro aos Estados na geração de novas vagas. Visando amenizar esse déficit, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de unidades prisionais com base nas realidades regionais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica, voltado à conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação aos direitos humanos; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe de apoio da Defensoria Pública na assistência judiciária dos presos, e equipe multidisciplinar para orientação e acompanhamento dos réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Para o desempenho das atividades supracitadas, serão aplicados R\$ 282,0 milhões, para a contratação de 8.600 vagas em estabelecimentos penais estaduais e o apoio de 32 iniciativas voltadas à reintegração social, às alternativas penais e ao controle social.

SEGURANÇA PÚBLICA NOS GRANDES EVENTOS

O Brasil sediará grandes eventos nos próximos anos, em especial, a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O País deverá contar com estrutura física e organizacional com bases sólidas, visando uma complexa operação de logística e segurança para receber delegações de atletas e dirigentes, convidados, autoridades, profissionais de imprensa e turistas nas cidades que sediarão os eventos.

Para tanto, foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), no âmbito do Ministério da Justiça (MJ), que será a responsável pela coordenação das ações preventivas de segurança pública, atuando em conjunto com o Ministério da Defesa. A Secretaria promoverá a integração de forças policiais federais, estaduais e municipais, de entidades policiais estrangeiras, como a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), e de órgãos federais, estaduais e municipais, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os bombeiros, a defesa civil, e concessionárias de energia, luz e gás, entre outros.

O Ministério da Defesa desenvolverá iniciativas relacionadas à defesa cibernética, ao monitoramento do espaço aéreo e do espaço marítimo, à defesa química, biológica, radiológica e nuclear; à implantação de Centros de Comando e de Força de Contingência, à defesa de infraestruturas críticas e estratégicas, à execução de medidas de contraterrorismo e à implantação de força para atuação subsidiária, quando necessária no apoio às estruturas ordinárias de segurança pública.

A atuação do Governo Federal prevê a criação de padrões de atendimento e treinamento em conformidade com as políticas de segurança preconizadas pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), a estruturação de centros de comando e controle, que consistem no sistema de inteligência e de gestão da informação nas cidades-sede, bem como a entrega de laboratórios móveis de criminalística, de equipamentos e de armamentos às secretarias de segurança pública e a qualificação profissional de todos os agentes envolvidos. Ademais, o Governo Federal vem investindo na integração dos sistemas de telecomunicações das instituições de segurança federais e estaduais e no aparelhamento das Polícias Federal e Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública.

Em 2014, serão destinados R\$ 428,0 milhões para o desenvolvimento de iniciativas voltadas à preparação das instituições de segurança pública para esses eventos, à implementação de ações de inteligência e a trabalhos preventivos de segurança pública.